



## XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB

ISSN 2177-3688

### GT-10 – Informação e Memória

#### Os arquivos de família como espaços de memória individual e coletiva: reflexões a partir das experiências no Brasil, Europa e EUA

#### *Family archives as spaces of individual and collective memory: reflections from experiences in Brazil, Europe and the USA*

Elisabete Marin Ribas. UNESP. IEB. USP.

Sônia Maria Troitiño Rodriguez . UNESP.

#### Modalidade: Trabalho Completo

**Resumo:** A partir de pesquisa em andamento, dedicada à delimitação do conceito de *Arquivos de Casais*, o presente estudo, com base na revisitação terminológica e bibliográfica sobre os conceitos de *Arquivos Privados* e *Arquivos Pessoais* deparou-se com a tradição dos chamados *Arquivos de Família*, especialmente presentes tanto em parte da Europa quanto nos EUA. Diante disso, identificou-se a ausência de tais acervos documentais no país, que apesar de apresentar vasta bibliografia, instituições especializadas e métodos pioneiros sobre o tratamento aplicado aos arquivos pessoais, veicula de forma irrisória estudos ou protocolos práticos acerca dos arquivos de família. Diante disso, após exercício comparativo entre o Brasil, a península-ibérica europeia e os EUA, mapeou-se o estado da arte nas três localidades e após os resultados obtidos, teceu-se a reflexão sobre a representatividade da memória de indivíduos e coletivos a partir dessas subclassificações presentes nos arquivos privados e em suas instituições de guarda. As hipóteses iniciais para a predominância do tratamento dos arquivos pessoais no Brasil em detrimento dos arquivos de família europeus e estadunidenses voltam-se para os processos de formação cultural, política e econômica de cada país. Nesse processo, estabelece-se o diálogo entre a construção de espaços de memória como espaços de representações de poder.

**Palavras-Chave:** Arquivos Privados. Arquivos Pessoais. Arquivos Familiares. Patrimônio Documental. Memória e Poder.

**Abstract:** Based on ongoing research, dedicated to the delimitation of the concept of Archives for Couples, the present study, based on terminological and bibliographic revisitation on the concepts of Private Archives and Personal Archives, came across the tradition of the so-called Family Archives, especially present in both parts of Europe and the USA. In view of this, the absence of such documentary collections in the country was identified, which despite having a vast bibliography, specialized institutions and pioneering methods on the treatment applied to personal files, conveys in a derisory way studies or practical protocols about family files. Therefore, after a comparative exercise between Brazil, the European Iberian Peninsula and the USA, the state of the art was mapped in the three locations and after the results obtained, a reflection was made on the representativeness of the memory of individuals and collectives to be from these subclassifications present in the private archives and in their custody institutions. The initial hypotheses for the predominance of treatment of personal archives in Brazil to the detriment of European and American family archives turn to the processes of cultural, political and economic formation in each country. In



this process, a dialogue is established between the construction of memory spaces and spaces of representations of power.

**Keywords:** Private archives. Personal archives. Family Papers. Documentary heritage. Memory and Power.

## 1 INTRODUÇÃO

A presente comunicação apresenta os primeiros resultados obtidos a partir do projeto de pesquisa sob o título “Felizes para sempre ou até que os arquivistas vos separem: arquivos de casais - conceito, políticas de incorporação e gestão de arquivos pessoais de casais de intelectuais”, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UNESP. A pesquisa versa sobre o conceito dos “arquivos de casais”, o qual, tendo em vista o seu ineditismo, requer a delimitação de sua definição. Para isso, lança-se mão de estudos sobre os “arquivos privados”, com especial atenção aos “arquivos pessoais”, revê-se a bibliografia sobre o tema no Brasil e traça-se um paralelo comparativo a partir do recorte da produção europeia, - especialmente nos casos de Portugal e Espanha - e na América do Norte, debruçando-se sobre a produção estadunidense.

Nesse processo, identificou-se que durante o trabalho comparativo, para além dos conceitos brasileiros dos arquivos pessoais, inseridos nos chamados arquivos privados, na Europa e EUA entram em evidência os chamados “arquivos de família” ou “arquivos familiares”. Diante disso, alguns pontos nos saltaram aos olhos. São eles:

1) na Europa, - lembrando que, no continente, a península-ibérica é nosso foco de comparação -, existe vasta bibliografia acerca de arquivos familiares, dos quais se desdobram principalmente os chamados “acervos nobiliárquicos” ou “arquivos da nobreza”; entretanto, seu tratamento volta-se para o todo do conjunto e a reflexão sobre métodos de organização de forma a evidenciar os indivíduos é mínima;

2) nos Estados Unidos, por sua vez, grande parte dos autores dedicados à área chegam a tratar como sinônimos os termos “arquivos pessoais e familiares”, demonstrando assim uma terceira linha de análise que nos faz diferenciá-la dos estudos europeus voltados aos coletivos, e dos brasileiros, que priorizam os arquivos individualizados; mas, apesar das diferenças, o Brasil bebeu das fontes norte-americanas, especialmente no início dos anos de 1980, ao mesmo tempo em que se detecta que os EUA inspiraram-se na tradição europeia



de construção de arquivos nobiliárquicos de famílias como espaços simbólicos de construção de memória e poder;

3) no Brasil, em comparação com a tradição da península-ibérica europeia e da arquivologia norte-americana, é onde se encontra o desenvolvimento mais recente da teoria e práticas arquivística; surpreende-nos que, apesar disso, o país tem-se tornado um importante polo de produção e reflexão acerca da teoria e metodologia de organização dos arquivos pessoais; porém, os arquivos de família não se apresentam nessas considerações e há poucos exemplos de pesquisas realizadas com esse tipo de conjunto, bem como de sua guarda, especialmente em instituições oficiais.

Para a presente comunicação, optou-se por realizar um recorte temático, voltado a uma breve reflexão sobre os arquivos de família ou arquivos familiares. Para isso, faremos uma breve explanação sobre conceitos, estudiosos e instituições, tendo como ponto de comparação o caso brasileiro com os países da península-ibérica europeia e os Estados Unidos da América. Trata-se de uma pesquisa exploratória, inserido em um trabalho maior, ainda em andamento.

## **2 OS ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS: ESPAÇOS DE MÉMORIA INDIVIDUAIS E COLETIVAS**

Heloísa Liberalli Belloto (1986), pioneira da Arquivologia no Brasil, em seu texto *Arquivos para a Administração e para a História*, evidencia a importância dos arquivos, e, assim como outros autores dedicados ao pensar e ao fazer da arquivística, foca-se nos chamados arquivos públicos, com atenção aos chamados arquivos permanentes:

No bojo da dicotomia – Administração e História – reside a própria razão de ser dos arquivos públicos. Aí podem ser encontradas todas as coordenadas do ciclo vital dos documentos, portanto, da Teoria das Três Idades, da Teoria de Fundos e as do decantado princípio básico da arquivística, e do “Respect des Fonds.”

Sendo a função primordial dos arquivos permanentes ou históricos o incumbir-se de recolher e tratar os documentos públicos após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados, são eles os responsáveis pela passagem destes documentos da sua condição de ‘arsenal da Administração’ para o de ‘celeiro da História’, na conhecida acepção do consagrado arquivista francês Braibant. (BELLOTTO, 1986, p. 10)

Vemos nas palavras de Bellotto, não só a argumentação da função principal dos arquivos nas máximas “arsenal da Administração” e “celeiro da História”, como também, é



nos apresentado alguns principais conceitos que, de forma basilar, constroem a Arquivologia. Para nossos fins, destacamos o conceito de “fundo” e do princípio de “respeito aos fundos”.

Tais conceitos são pétreos para os arquivistas que se dedicam ao trabalho com os “arquivos públicos”, mas, para nossa surpresa, quando tratamos dos chamados “arquivos privados”, o conceito de “fundo” disputa espaço com o conceito de “coleção”, sendo eles, segundo o *Dicionário de Terminologia Arquivística* (1996) da Associação dos Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP):

**Fundo:** Unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que, no arquivo permanente, passa a viver com arquivos de outras.

**Coleção:** Reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresenta alguma característica comum. (BELLOTTO; CAMARGO, 1996, p. 40 e p. 17)

Sendo os arquivos conjuntos de documentos em relação orgânica, produzidos e ou acumulados por determinada instituição ou pessoa no decorrer de suas funções (BELLOTTO, 2006, p. 128), fica evidente que o conceito de fundo liga-se diretamente à natureza dos arquivos. Porém, no caso dos arquivos pessoais, - que no âmbito da Arquivologia encontra-se dentro do espaço reflexivo dos arquivos privados -, ao invés de serem eles tratados como arquivos<sup>1</sup>, respeitando-se seus princípios, conceitos e características, em muitos momentos da história de sua recepção, guarda e tratamento, eles foram classificados como aquilo que se chamou de “manuscritos históricos” (SCHELLENBERG, 2008, p.269) ou “coleções especiais”. Com isso, abriram-se espaços para que, muitas vezes, em várias partes do mundo, os arquivos pessoais fossem marginalizados em relação às práticas da ciência arquivística e ao seu uso como fontes documentais. Um exemplo disso nos apresenta Angela de Castro Gomes:

(...) embora no campo das reflexões especializadas sobre arquivos, possa se encontrar um debate a respeito do *status* dessa documentação desde as décadas iniciais do século XX, só mais recentemente, no Brasil e no mundo, passou-se a compartilhar de maneira mais ampla esse tipo de afirmativa, com todos os seus desdobramentos na teoria e na prática arquivísticas e também historiográficas. Isso porque era extremamente comum, mesmo em instituições muito reconhecidas, atribuir-se o *status* de arquivo apenas aos conjuntos documentais de natureza pública, vale dizer, que tivessem

---

<sup>1</sup> E aqui travamos diálogo com o sempre importante texto de CAMARGO (2009), cujo título “Arquivos pessoais são arquivos”, que apesar de nos remeter ao óbvio, demonstra que nunca é demais reforçá-lo.



sido produzidos e acumulados por instituições públicas. Em muitas situações, como vários estudiosos apontam, mesmo estando presentes em instituições arquivísticas ou de guarda de memória, como as bibliotecas, a documentação acumulada por indivíduos não era reconhecida como um arquivo ou, na melhor das hipóteses, era entendida como um arquivo “menor” e de segunda classe ante o que seria um verdadeiro “arquivo”. (...) O pleno reconhecimento do estatuto de arquivo para os arquivos pessoais, que pode, à primeira vista, parecer banal, está longe disso. Para tanto, é bom vê-lo imbricado com uma série de grandes transformações no campo da história, das ciências sociais, da teoria literária e, naturalmente, da teoria arquivística. De forma econômica, pode-se lembrar que o “retorno” dos indivíduos à história e o valor que se passou a dar à sua subjetividade, entendida como seus valores, crenças, sensibilidades e perspectivas cognitivas, são fenômenos das últimas décadas do século XX, associando-se, de maneira particular, ao que se tornou conhecido como a “nova” história política e cultural, e também a uma antropologia cultural que ganhou historicidade. Uma autêntica mudança de paradigma, que rejeitou matrizes estruturalistas de vários tipos, dialogando com mudanças que ocorriam nas ciências sociais, de forma geral, e na história, em particular, cuja propriedade eram as interpretações dos atores que diretamente experimentam os eventos sociais, sempre políticos-culturais. (GOMES: 2012, p. 10)

Assim como em Bellotto (1986), as palavras de Gomes nos remetem a outros conceitos, levando-nos a reflexões importantes, tais como: Quem guardar? Como guardar? Por que guardar? No caso dos arquivos pessoais, para além do “arsenal da Administração” e do “celeiro da História”, a decisão de “quem” será mantido e preservado em instituições de custódia lança mão do delicado espaço do direito – ou não – à memória.

No campo da História, o conceito de “micro-história”<sup>2</sup> veio trazer novos horizontes para a análise de documentos-fonte, e as autoras acreditam que a mudança na ciência histórica é inclusive uma das responsáveis pela significativa mudança – e valorização – no recolhimento e guarda dos chamados arquivos pessoais. Vale destacar que, na presente análise, não é nosso objetivo apontar as dicotomias entre as questões dos arquivos privados de interesse públicos e seus dilemas legais e éticos impostos tanto para as instituições de guarda como para os pesquisadores que optam por utilizá-los. Apesar de importantes, nosso foco aqui recai sobre um aspecto um pouco mais amplo e com outras nuances que é a representação informacional simbólica que apreendemos a partir da classificação de tais arquivos privados como arquivos pessoais e familiares. Para isso, seguiremos apresentando

---

<sup>2</sup> Destacam-se aqui os trabalhos de Lucien Febvre e Marc Bloch, historiadores de dentre outras ações de destaque são considerados os fundadores da chamada Escola dos Analles. Para tal, ver BURKE (1991).



uma breve explanação sobre conceitos, estudiosos e instituições, de forma exploratória, mas não definitiva, tendo como ponto de comparação o caso brasileiro com os países da península-ibérica europeia e os Estados Unidos da América.

## 2.1 Os arquivos pessoais e os arquivos de família

É sempre importante valer-se de terminologia e definições estabelecidas na área para partirmos de conceitos chaves para nossa argumentação. Aqui buscamos dialogar com dicionários oficiais oriundos das três localidades com as quais dialogamos – Brasil, Portugal / Espanha e Estados Unidos. Os conceitos inicialmente buscados foram: (i) arquivos privados; (ii) arquivos pessoais e (iii) arquivos de família.

**Tabela 1 – Quadro comparativo de terminologias presentes nos vocabulários especializados da área no Brasil, Espanha, Portugal e EUA.**

	Brasil	Portugal	Espanha	EUA
<b>Termo 01</b>	<b>Arquivo Privado</b>	<b>NÃO LOCALIZADO</b>	<b>Archivo Privado</b>	<b>NÃO LOCALIZADO</b>
<b>Definição</b>	Arquivo(1) de entidade coletiva de entidade coletiva direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular.	–	Conjunto orgánico de documentos producidos y/o recibidos en el ejercicio de sus funciones por las personas físicas o jurídicas en el transcurso de actividades no regidas por el derecho público.	–
<b>Termo 02</b>	<b>Arquivo Pessoal</b>	<b>NÃO LOCALIZADO</b>	<b>Archivo Personal</b>	<b>Personal Archive</b> (Variação: <b>personal papers</b> )
<b>Definição</b>	Arquivo de pessoa física.	–	<b>NÃO LOCALIZADO</b>	<b>personal archive</b> n. (also personal archives) a set of documents in any format that provides evidence of an individual's activities. <i>Notes:</i> The difference between personal papers and personal archive or personal archives seems to be one of usage by community. Archivists are the primary



				users of the term personal papers while non-archivists use personal archive or personal archives to refer to the same concept.  <b>personal papers</b> n.records created and originally kept by an individual documents unrelated to work but maintained at a place of work by an employee of the United States federal government
<b>Termo 03</b>	<b>Arquivos de Família</b>	<b>NÃO LOCALIZADO</b>	<b>Archivo Familiar</b>	<b>Family Papers</b>
<b>Definição</b>	Arquivo privado de uma família ou de seus membros, relativo às suas atividades públicas e privadas, inclusive à administração de seus bens. Também chamado arquivo familiar ou arquivo familiar.	–	Es el archivo privado que reúne los fondos documentales de una o varias familias relacionadas y de sus miembros, relativos a asuntos privados, principalmente la administración de sus bienes y, ocasionalmente, a sus actividades públicas.	n. records created or collected by a group of individuals closely related by ancestry and relating to their personal and private affairs.
<b>Termo 04</b>	<b>Arquivos Nobiliárquicos</b>	<b>NÃO LOCALIZADO</b>	<b>ARCHIVO NOBILIARIO</b>	<b>NÃO LOCALIZADO</b>
<b>Definição</b>	<b>NÃO LOCALIZADO</b>	–	Es el archivo familiar de una o varias familias de la nobleza. (V. Archivo Privado).	–

Fonte: Elaboração pelos autores, com base em *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (2005), *Diccionario de Terminología Archivística* (1995) e *Dictionary of Archives Terminology* (2020).

Buscando exemplificar de forma pormenorizada, mas não exaustiva, apresentaremos a seguir, a partir de cada país / região, os conceitos e principais estudos levantados. Quando possível, instituições de custódia dos arquivos pessoais e dos arquivos de família serão também elencados, a fim de ilustrarem concretamente a argumentação.



### 2.1.1 Os arquivos pessoais e os arquivos de família – o caso do Brasil

No caso do Brasil, localizamos a definição para as três terminologias inicialmente buscadas: (i) arquivos privados; (ii) arquivos pessoais e (iii) arquivos de família. Elas foram coletadas a partir do *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, publicado pelo Arquivo Nacional, em 2005<sup>3</sup>. Apesar da breve síntese dedicada ao verbete dos “arquivos pessoais”, no Brasil, impressiona a quantidade – e vale aqui dizer, qualidade – das instituições oficiais de salvaguarda de arquivos pessoais que o país possui. Para fins de ilustração, elencamos: a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, o Arquivo dos Acadêmicos da ABL e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil de Fundação Getúlio Vargas (CPDOC – FGV), no Rio de Janeiro; o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) e o Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio (CEDAE), na UNICAMP; o Arquivo dos Escritores Mineiros (AEM), na UFMG; o Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP – UNESP Assis) e em São Paulo, o Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM – UNESP) e o Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP)<sup>4</sup>. Esse rol não considerou a profusão de espaços públicos como arquivos municipais, estaduais e nacionais que detêm a guarda dos chamados arquivos privados, apenas devido ao espaço que dispomos no presente trabalho.

No âmbito dos estudos, seja a partir destes centros de guarda e pesquisa, seja nas universidades brasileiras, destacam-se os trabalhos feitos por autoras aqui já citadas, como é o caso das pioneiras Ana Maria de Almeida Camargo (2007; 2009) e Angela de Castro Gomes (1998; 2012). Novas gerações deram continuidade às reflexões, abrindo-se, inclusive debates para as especificidades profissionais desempenhadas pelos titulares da documentação que de caráter interdisciplinar, dialogam com os chamados de arquivos de cientistas, arquivos de escritores e arquivos de políticos. Apesar de toda lista correr o risco de ser reducionista ou

---

<sup>3</sup> Também disponível em: [http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion\\_Term\\_Arquiv.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf), acessado em 12/06/2022, às 15:06.

<sup>4</sup> Esse rol não considerou a profusão de espaços públicos como arquivos municipais, estaduais e nacionais que detêm a guarda dos chamados arquivos privados, apenas devido ao espaço que dispomos no presente trabalho. Como dito, o levantamento aqui presente é ilustrativo.



pecar pela falta de identificação, apontamos para alguns nomes de pesquisadores brasileiros dedicados aos arquivos pessoais: Eneida Maria de Souza (2011; 2012), José Francisco Guelfi Campos (2014; 2018), Lucia Maria Velloso de Oliveira (2012), Luciana Quillet Heymann (2012), Maria Celina Soares de Mello e Silva (2012) Paulo Roberto Elian dos Santos (2012 a; 2012 b), Priscila Fraiz, Reinaldo Marques (2011; 2012; 2015), Renato Crivelli Duarte (2018) e Wander Mello Miranda (2009; 2011).

Em relação à abordagem dos arquivos de família, vale destacar que Heloísa Belloto (2006) permeia o tema dos arquivos de família ao caracterizar os documentos de arquivo:

Os documentos de arquivo são os produzidos por uma entidade pública ou privada **ou por uma família ou pessoa** no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando essas documentos relações orgânica entre si. (...) (BELLOTTO, 2006, p. 37, grifo nosso)

Ana Maria Camargo, ao apresentar as principais características do arquivo de Fernando Henrique Cardoso também tangencia o tema:

O conceito de **arquivo familiar** só se aplicaria, no nosso entendimento, a documentos de determinadas propriedades que se transmitem, de geração para geração, a membros da mesma família, o que raramente ocorre no Brasil. (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 29, grifo nosso)

A partir do recorte feito dos especialistas da área no Brasil, destaca-se, até o momento, o nome e, conseqüentemente, o trabalho de Elizabeth Ferreira Cardoso Ribeiro Azevedo (2020), que, além de seus estudos sobre os chamados arquivos de teatro, vem contribuindo com a reflexão sobre a importância dos arquivos de família, especialmente no âmbito dos artistas circenses e na consolidação de núcleos cênicos brasileiros. Até o momento, trata-se do único referencial consolidado sobre o tema que foi possível localizar.

No caso de instituições de guarda, pouco se tem levantado em relação a verdadeiros espaços exclusivamente dedicados a arquivos de famílias no Brasil.

### **2.1.2 Os arquivos pessoais e os arquivos de família – o caso da península ibérica**

A presença de todos os termos anteriormente mapeados no contexto da experiência brasileira não encontra ecos no âmbito da arquivologia espanhola. A partir da análise de



termos retirados do *Diccionario de Terminología Archivística*<sup>5</sup> (1995), detectamos a ausência de definição para o que no Brasil nos referimos como *arquivo pessoal*. Entretanto, há a definição dos chamados “arquivos nobiliárquicos”, que foi destacada por estar diretamente ligada aos termos de arquivos privados e arquivos familiares.

Na Espanha, há uma profusão de estudos sobre arquivos de família. Destacam-se os estudos de Francisco Borja de Aguinalalde (1991; 2013), um dos principais representantes da chamada Real Academia de la Historia (Espanha). Suas obras são, em sua maioria, relatos de experiência que contam com mais de trinta anos de atuação junto ao que ele chama de “archivos de familia” e “archivos domésticos”.

Dentre as instituições de pesquisa, destacamos a Fundação Olga Gallego, que realizou recentemente encontro dedicado aos arquivos familiares<sup>6</sup> e tem significativa produção científica na área dos arquivos privados e suas subcategorias. Além disso, destaca-se que na Espanha, os conhecidos arquivos da nobreza ou arquivos nobiliárquicos fazem parte da rede de arquivos públicos, detendo sede própria na cidade de Toledo. É lá que encontra-se o chamado Archivo Histórico de la Nobleza<sup>7</sup>.

No caso de Portugal, notam-se alguns aspectos curiosos que valem a pena ser apontados. Seu Arquivo Nacional tem um nome específico: Torre do Tombo. Ao contrário dos demais países, não há nenhuma especificação para algo semelhante a Arquivo Nacional Português e sim para a rede de arquivos portugueses. No website da instituição<sup>8</sup>, não se encontram dicionários ou glossários de referência. O mesmo ocorre com a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação que se identifica pela sigla BAD<sup>9</sup>. Nela não se acham dicionários que poderíamos chamar de “oficiais”. Diante disso, buscando por referências que iluminem as reflexões do presente estudo, cabe destacar que o site oficial da Torre do Tombo chama a atenção por evidenciar os arquivos de família, detendo páginas e minúcias de detalhamentos informacionais dedicadas ao que se chama inicialmente de “Genealogias e História Local”.

<sup>5</sup> Disponível apenas em versão on-line, em <https://www.culturaydeporte.gob.es/cultura/areas/archivos/mc/dta/diccionario.html>, acessado em 12/06/2022, às 15:13. Sem número de páginas identificadas na versão digital consultada.

<sup>6</sup> Como pode-se conferir a produção do encontro, em: <https://www.fundacionolgallego.gal/actualidade/publicadas-as-actas-do-iii-encontro-olga-gallego-de-arquivos.htm>

<sup>7</sup> Ver: <https://www.culturaydeporte.gob.es/cultura/areas/archivos/mc/archivos/nhn/portada.html>

<sup>8</sup> Disponível em: <https://antt.dglab.gov.pt/>.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://bad.pt/>



Impressiona ao visitante on-line a riqueza de detalhes da página “Genealogia”, levando-nos a concluir a valorização dos arquivos de família, nos mesmos moldes da Espanha. Entretanto, para o que consideramos no Brasil como arquivos pessoais, presume-se que o termo equivalente a tal designação brasileira vem a ser apresentado como “Pessoas Singulares”<sup>10</sup>.

Ainda no caso das instituições portuguesas, destaca-se o trabalho da chamada Casa de Mateus<sup>11</sup>, morgadio que deu origem ao que hoje é designado como um centro cultural do país. Apesar de Portugal ser hoje uma república semipresidencialista, a Casa de Mateus segue sendo um local de monumentalização de um legado inicialmente financeiro, constituído a partir do casamento de famílias nobres, e que atualmente lança mão dos aspectos culturais da instituição para seguir com o trabalho e manutenção do morgadio. Assim, a instituição promove encontros, desenvolve pesquisas e edita instrumentos de acesso ao seu acervo. Além da produção da Casa, destacamos também os estudos de Maria de Lurdes Rosa (2014) e Rita Sampaio da Nóvoa (2014).

### **2.1.3 Os arquivos pessoais e os arquivos de família – o caso dos Estados Unidos**

E por fim, mas não menos importante, temos o caso norte-americano. A partir do *Dictionary of Archives Terminology* (2020) encontramos novas variações terminológicas.

Não há uma entrada direta para o que chamamos de “arquivos privados”, na atual versão online do dicionário. Entretanto, sabe-se da presença desse termo, a partir, por exemplo de livros como *Arquivos modernos* de Schellenberg (2008). No dicionário da SAA há variações que se apresentam a partir de buscas para termos como os sugeridos no *Dicionário de Terminologia Arquivística Brasileira*, que aponta para “private records/archives”. As variações resultantes a partir desse tipo de entrada são:

<sup>10</sup> Disponível em: <https://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/fundos-e-colecoes/>

<sup>11</sup> Ver: <http://www.casademateus.com/>



- Presidential Records Act
- sensitive
- archival record
- permanent record
- practical obscurity
- personal papers
- total archives
- confidential
- notarial archives
- genealogical value
- family papers
- administratively controlled information
- ethylene oxide
- historical society
- agency record
- replevin
- access
- inalienability
- memex
- political papers
- presidential record
- secondary value
- estray
- value
- virtual reunification
- primary value
- Presidential Recordings and Materials Preservation Act
- custodian
- papers
- fonds
- long-term value
- Society of American Archivists
- personal archive
- digital signature
- provenance
- virtual reading room
- acquisition
- archives
- acquisition policy
- memory worker
- disaster
- community archives
- Protocols for Native American Archival Materials
- archive

Ainda no diálogo com Schellenberg (2006), em seu *Arquivos modernos* há mais de um capítulo dedicado aos chamados arquivos privados, sendo eles o capítulo 15 e o capítulo 17. A título de curiosidade, elencamos seus respectivos sumários:

**Capítulo 15 – Arranjo de papéis ou**

**Arquivos Privados**

Tipos de coleções

Componentes das coleções

Arranjo dos componentes das coleções

Sistema de notações

**Capítulo 17 – Descrição de papéis ou**

**Arquivos Privados**

Caráter do programa de descrição

Unidades e elementos de descrição

Descrição dos grupos

Descrição das séries

Descrição das unidades documentárias

Descrição dos assuntos

Descrição do todo.

É claro que o presente estudo considera os avanços no campo científico obtidos, especialmente, nas últimas décadas a partir do trabalho de Schellenberg, especialmente mediante os trabalhos da arquivística moderna. Entretanto, no caso dos arquivos privados e pessoais, especialmente no tratamento hoje aplicado em algumas instituições norte-americanas, vê-se ainda o eco dos arquivos pessoais serem vistos como aquilo que já



apontamos inicialmente, como dito anteriormente, os “manuscritos históricos” ou “coleções especiais”.

No manual de Schellenberg, seu capítulo 15 inicia-se com a evidente relação também vista na Europa, entre os arquivos privados e os arquivos de família:

Até bem pouco tempo, nos Estados Unidos, a maioria dos métodos adotados no tratamento de papéis privados era formulada por bibliotecários. Os papéis com que tinham que lidar vinham-lhes às mãos como agregados das peças díspares e desorganizadas, originários de famílias importantes da história do país. (SCHELLENBERG, 2006, p. 269)

E isso não é uma característica exclusiva do manual de Schellenberg. Autores de referência estadunidense nos estudos de arquivos pessoais, como o arquivista Richard J. Cox (2017), em seu recém-estudo traduzido para o português chamado *Arquivos pessoais: um novo campo profissional - leituras, reflexões e reconsiderações*, e publicado em 2017 pela Editora da UFMG, encontramos o uso praticamente de sinônimos quando o autor se refere à arquivos pessoais ou familiares. Para tal, coletamos apenas alguns exemplos retirados apenas da Introdução do livro:

p. 9: “Os arquivistas devem ajudar os indivíduos a manter arquivos pessoais e familiares, apenas selecionando aqueles se significado especial ou extraordinário quando estes estiverem correndo algum risco.”

p. 9: “Qual a razão para tanto, quando se sabe que não costumamos impor resistência aos impulsos de preservar velhos documentos, especialmente se são relacionados conosco ou com nossas famílias?”

p. 9: “Muitas das peças que estão sendo recolhidas por estas instituições são, na realidade, o produto de esforços pessoais e familiares para reunir, organizar e preservar seus documentos.”

p.10: “O valor dos arquivos pessoais e familiares pode estar em ascensão - mas como podemos preservá-los?”

p.10: “É essa paixão que leva os indivíduos a manter arquivos pessoais e familiares e, em alguns casos, a cedê-los a instituições mantenedoras de arquivos.”

p.11: “De forma semelhante, os indivíduos talvez estejam começando a se relacionar com seus arquivos pessoais e familiares de maneiras diferentes de uma ou duas gerações anteriores.”



p.12: “A fim de lidarem eficazmente com arquivos pessoais e familiares, os arquivistas precisam explorar novas maneiras de se conectar com o público.” (COX, 2017, p. 09, 10, 11 e 12)

No caso dos estudos a partir dos arquivos pessoais, detecta-se que o caso norte-americano encontra-se entre o Brasil, que volta-se para evidenciar os indivíduos em decorrência dos conjuntos familiares e a Europa, que foca-se predominantemente nos conjuntos familiares, em detrimento dos indivíduos que compõem o clã.

Assim, vale destacar que dentro da análise dos arquivos de família, detecta-se que a cultura estadunidense, talvez pelo seu processo de colonização, às vistas da “nobreza europeia”, nos EUA passa-se a construir memoriais semelhantes à Europa, mas aos moldes da sua própria natureza cultural. A potência econômica norte-americana edifica, assim como na Europa, centros de estudos fundados a partir da “filantropia” de família ricas. Exemplos disso são a Rockefeller Archive Center<sup>12</sup>.

Ao mesmo tempo, há espaço para instituições como o Museu e Biblioteca de John F. Kennedy (JOHN F. KENNEDY PRESIDENTIAL LIBRARY AND MUSEUM), voltadas à valorização de seu titular. Esse caso não é único nos EUA e inclusive, acredita-se que a notoriedade política / financeira / intelectual evidenciada nesse tipo de memorial é a que dialoga e/ ou inspira ações no Brasil como ocorreu com um dos centros pioneiros de guarda de acervos pessoais no Brasil, o CPDOC-FGV, inaugurado com a chegada do arquivo de Getúlio Vargas, também presidente no Brasil e mais recentemente, como é o caso do Instituto Fernando Henrique Cardoso<sup>13</sup>.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tradição arquivística valorizou-se durante muitos anos o desenvolvimento teórico e a aplicação de métodos organizacionais voltados predominantemente aos arquivos públicos. Os arquivos privados foram, durante muitos anos, marginalizados dentro das práticas e métodos pautados nos princípios arquivísticos e também subalternizados no uso de pesquisas a partir de fontes primárias, servindo raramente de *corpus* de análise para

<sup>12</sup> Ver: <https://rockarch.org/>

<sup>13</sup> Ver:

[https://fundacaofhc.org.br/?gclid=CjwKCAjwnZaVBhA6EiwAVVyv9IIm6UcwO8Iy6l1LOXkeSguaqluMeEX2BTiMYfBEn\\_KQXsWTvbuKyxocvL8QAvD\\_BwE](https://fundacaofhc.org.br/?gclid=CjwKCAjwnZaVBhA6EiwAVVyv9IIm6UcwO8Iy6l1LOXkeSguaqluMeEX2BTiMYfBEn_KQXsWTvbuKyxocvL8QAvD_BwE)



áreas como a História, Sociologia e Crítica Literária. Dentre a classificação dos conjuntos que compõem os arquivos privados, no Brasil, destacam-se os arquivos pessoais.

Hoje analisa-se que tanto seus métodos de organização quanto sua valorização como fontes primárias alcança novos patamares. Entretanto, durante a pesquisa em andamento, a qual busca analisar e delimitar o conceito de arquivos de casais, em levantamentos bibliográficos e estudos comparativos entre as tradições brasileiras, europeias e estadunidenses, detectou-se a presença dos chamados arquivos de família, conceituação e características mais raras no campo brasileiro.

Segundo Le Goff (2003, p. 525), no seu clássico texto “Documento / Monumento”, a monumentalização da memória, por meio da materialidade dos documentos e espaços de salvaguarda de acervos, estão repletos de informações simbólicas. O presente trabalho voltou-se para o que chamamos de não tradição dos arquivos familiares no Brasil, e segue atento à simbólica relação entre memória individual e memória coletiva em instituições de guarda de acervos pessoais no país.

## REFERÊNCIAS

AGUINAGALDE, Francisco Borja de. *Notas de Historia de los Archivos de Familia en Gipuzkoa – Siglo XVI a XIX*. S.l., 1991.

\_\_\_\_\_. *Archivos de Familia y Archivos Doméstico: Treinta años de experiências*. Portugal, Fundação Casa de Mateus, 2013.

AZEVEDO, Elizabeth Ferreira Cardoso Ribeiro. *Arquivos de família e teatro*. In: CAMPO, José Francisco Guelfi (org.). *Arquivos pessoais: fronteiras*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2021/02/CAMPOS-2020-Arquivos-pessoais-fronteiras.pdf>

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos para Administração e para a História*. In: *Ágora*, n. 3, v. 2, 1986, p. 10-13. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/25>.

\_\_\_\_\_. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. & CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coord.). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo, AAB-SP / SEC, 1996.

BLOM, Philipp. *Ter e manter: Uma História Íntima de Colecionadores e Coleções*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales – 1929 – 1989*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.



CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. In: Revista do Arquivo Público Mineiro, ano 45, v. 2, 2009, p. 26 - 39, 2009. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=1092>

\_\_\_\_\_ ; GOULART, Silvana. Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/D.8.2014.tde-11122014-190123. Acesso em: 2022-06-13.

\_\_\_\_\_. Recortes de jornal: da prática social aos arquivos. 2018. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.8.2019.tde-04042019-125418. Acesso em: 2022-06-13.

COX, Richard J. Arquivos pessoais: um novo campo profissional: leituras, reflexões e considerações. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.; 30cm. – Publicações Técnicas; nº 51 Bibliografia: p. 175-178 ISBN: 85-7009-075-7. Arquivo Nacional (Brasil)

DUARTE, Renato Crivelli. Arquivos pessoais: institucionalizações e trajetórias. Marília, 2018.

GOFF, Jacques Le. História e Memória. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, p. 121 - 127.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: HEYMANN, Luciana Quillet. O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa; FAPERJ, 2012, p. 09 - 12.

MARQUES, Reinaldo. *Arquivos literários: teorias, histórias, desafios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

\_\_\_\_\_. O arquivo literário e as imagens do escritor. In: SOUZA, Eneida Maria de; TOLENTINO, Eliana da Conceição; MARTINS, Anderson Bastos. *O futuro do presente: arquivo, gênero e discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

\_\_\_\_\_. O que resta nos Arquivos Literários. In: SOUZA, Eneida; MIRANDA, Wander Melo. (orgs.) *Crítica e coleção*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MIRANDA, Wander Melo. Memória de papel. In: Revista do Arquivo Público Mineiro, vol. 45, n. 2, jul./ dez. 2009, p. 72-85. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=1087>

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Mobile, 2012.



RODRIGUES, José Honório. A situação do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.

ROSA, Maria de Lurdes; NÓVOA, Rita Sampaio de. Arquivos de família: memória habitadas. Guia para salvaguarda e estudo de um patrimônio em risco. Lisboa: IEM, 2014.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Arquivos de Cientistas: gênese documental e procedimentos de organização. São Paulo: ARQ-SP, 2012 b.

SHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Arquivos Pessoais: história, preservação e Memória da Ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012 a.

SOUZA, Eneida Maria. A biografia: um bem de arquivo. In: Janelas indiscretas: Ensaios de crítica biográfica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SOUZA, Eneida; MIRANDA, Wander Melo. (orgs.) Arquivos literários. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.